



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSISNAMA

28ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional - CTN

Data: 22 de abril de 2025

Local: Sala 824, 8º andar, Salão dos Ministros - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF

Presença:

Membros da Comissão Tripartite Nacional

MMA

- João Paulo Capobianco, Secretário Executivo;
- Anna Flávia de Senna Franco, Secretária Executiva Adjunta;

IBAMA

- Rodrigo Antonio Agostinho Mendonça, Presidente do IBAMA;
- Heliz Menezes da Costa, Coord. Geral Substituta de Gestão Estratégica - IBAMA;

ICMBio

Mauro Oliveira Pires, Presidente do ICMBio;
Marcelo Marcelino, diretor do ICMBio.

ABEMA

- Eduardo Costa Taveira (Secretário de Meio Ambiente SEMA/AM - ABEMA);
- Thomaz Miazak de Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB;
- Marcelo Camardelli (Secretário adjunto de meio ambiente e infraestrutura do Rio Grande do sul - ABEMA/RS);
- Eduardo Mendonça Sodr e Martins - Secretário de Meio Ambiente BA (**remoto**);

ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, Presidente da ANAMMA Nacional;
- Ant nio Marcos Barreto (Vice Presidente ANAMMA Nacional)

- Welison de Araújo Silveira, Coordenador Nacional do Fórum CB27 e Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa/PB;
- Luís Marcelo Marcondes (ANAMMA/SP);

Convidados

- Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, SQA/MMA;
- Alexandre Henrique Bezerra Pires, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação, SNPCT/MMA;
- Pedro Menezes, Diretor da SBIO/MMA;
- Magna Helena de Almeida, Secretária Executiva da ABEMA;
- Gino César (Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas/ ABEMA);
- Geraldo Francisco da Silva Júnior, Subsecretário de articulação Institucional (MPOG)
- Adriana Moura - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;
- Gesmar Rosa - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;
- Heliton Fernandes do Carmo, Chefe do serviços e Compensação Ambiental, SECAF/IBAMA (Remoto);
- Nani de Oliveira Cavalcante, Chefe Substituto da SECAF/IBAMA;
- Daniel Rossi, MMA;
- Júlia Benfica Senra, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;
- Luiz Soraggi, Secretário Geral, ANAMMA;
- Claudia Salema, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;
- Guilherme Checco, Diretor, MMA;
- Ariel Pares, Diretor, DGE/MMA;
- Lilian Ribeiro, Diretora, ANAMMA;
- André Andrade, Diretor, SECEX/MMA;
- Daniel Peter Beniamino, Diretor, DGAR/SNPCT/MMA
- Rafael Esteves da Silva, Diretor Jurídico, ANAMMA.

Equipe DSISNAMA/SECEX/MMA

- Marcela Moraes, Diretora do DSISNAMA/SECEX/MMA;
- Marco Aurélio Belmont, Analista Ambiental, DSISNAMA/SECEX/MMA;
- Maria Mônica Guedes de Moraes,Coord. Geral do SISNAMA, DSISNAMA/SECEX/MMA;
- Pablo Villanueva, Analista Ambiental, DSISNAMA/SECEX/MMA;

- Henrique Gebrim. DSISNAMA/SECEX/MMA.

PAUTA

- a) Guia sobre destinação dos recursos da compensação ambiental - Marcela Moraes, DSISNAMA/MMA;
- b) Estudo sobre Governança do Sisnama - Adriana Moura e Gesmar dos Santos, Ipea;
- c) Critérios e parâmetros para definição de município com capacidade institucional para executar a política ambiental de forma eficaz - Antônio Marcos Barreto, Vice-presidente da Anamma;
- d) Desafios do combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no contexto das mudanças climáticas: ações do MMA em andamento - Alexandre Pires, SNPCT/MMA;

Reunião da 28ª CTN

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) - Fala inicial da Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, de acordo com o princípio da rotatividade, pelo qual a presidência da CTN neste turno cabe à União, saudando os presentes e fazendo um breve comentário sobre cada um dos temas previstos para compor a pauta da 28ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional - CTN e seus respectivos palestrantes, e convida os presentes a se apresentarem para iniciar os trabalhos da CTN.

Apresentação e discussão sobre o Guia para a “Destinação de Recursos da Compensação Ambiental para Unidades de Conservação”.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (DSISNAMA/MMA) - Dá início aos trabalhos apresentando a proposta de Guia para a “Destinação de Recursos da Compensação Ambiental para Unidades de Conservação” que tem como objetivo servir de parâmetro para todos os entes federativos. Realiza um breve resgate da temática e as origens do tratamento do tema na CTN, com a constituição de um GT pela Comissão Tripartite Nacional (CTN), específico sobre o assunto e a realização de um seminário para discutir as possibilidades de trato do tema entre os principais envolvidos.

Abordando de forma geral os tópicos iniciais do Guia, a Diretora/DSISNAMA, concentra as atenções nos critérios estabelecidos para a destinação de recursos da compensação ambiental de acordo com as previsões da legislação pertinente (art 33 do Decreto 4.340/2002).

Menciona então o roteiro de tramitação das propostas contido no Guia proposto, sob o qual Estados e municípios definiriam suas regras, de acordo com os princípios gerais estabelecidos pelo citado Guia; o IBAMA (atuando como secretaria executiva da Câmara de Compensação Ambiental Federal - CCAF) publicaria um edital com os critérios os quais devem ser preenchidos para que uma UC deve preencher para se candidatar a receber recursos da compensação ambiental federal e depois emitiria orientações para o emprego dos recursos. As propostas seriam então analisadas pelo CCAF que decidirá quanto à distribuição de recursos. Menciona também a definição de diretrizes gerais para a destinação de recursos da Compensação Ambiental por Estados e Municípios (os quais preservam suas autonomias para decidir sobre o tema).

Sinaliza a intenção de ouvir no processo de constituição do Guia apresentado os representantes dos estados e municípios tendo em vista que o documento contou com contribuições de IBAMA, ICMBio e Fórum de Dirigentes do SNUC - FSNUC.

Mauro de Oliveira Pires (Presidente do ICMBio) - Explica que o Guia constitui referencial principalmente para estados e municípios, tendo em vista que os procedimentos para a destinação de recursos da compensação ambiental em âmbito federal estão bem definidos. Destaca a importância de coordenar os esforços entre os 3 entes federativos para que os recursos possam ser bem aplicados e que o Guia possa preencher a lacuna da melhoria dos fluxos e convergência de procedimentos e critérios para destinação dos recursos da compensação ambiental.

Rodrigo Agostinho (Presidente do IBAMA) - Saúda a iniciativa e destaca a importância do Guia para tornar a compensação um instrumento mais efetivo na proteção ambiental tanto no recebimento quanto na destinação de recursos. Destaca o protagonismo de alguns municípios sobre o tema e a relevância de possibilitar a desconcentração de recursos, distribuindo melhor os montantes pelo país mesmo diante das dificuldades estruturais dos órgãos envolvidos.

Marçal Cavalcante (Presidente da ANAMMA) - Indica a importância do tema e as iniciativas de cooperação entre os entes federativos, no estado de Alagoas, para viabilizar uma ação mais efetiva dos integrantes do SISNAMA, com foco nas Tripartites Nacional e estaduais.

Eduardo Taveira (SEMA/AM - ABEMA) - Destaca as complexidades envolvidas no tema da destinação de recursos da compensação ambiental a partir da realidade do Amazonas, estado no qual desempenha a função de Secretário estadual de meio ambiente. Refere a cobrança de outros órgãos de controle sobre o uso dos recursos e as iniciativas do Amazonas no sentido de se alinhar às iniciativas do MMA para o

tema e na definição de critérios claros e objetivos para uma melhor destinação dos recursos envolvidos na compensação ambiental.

Gino César (Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas/ ABEMA) - Refere-se à fala de Marçal, indicando a importância da articulação eficiente entre os entes federativos para propiciar a melhoria no funcionamento do SISNAMA em âmbito local, a partir de um diálogo franco, abrangente e democrático entre os entes federativos no estado, novamente indicando a experiência de Alagoas como exitosa nesta seara.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (DSISNAMA/MMA) - Agradece as contribuições e pondera a pertinência de construir um modelo geral de referência para os critérios de compensação ambiental diante da diversidade do país e da heterogeneidade dos entes federativos envolvidos no SISNAMA. Indica que talvez seja necessária uma maior discussão dos entes federais quanto aos mecanismos de compensação ambiental na sua esfera federativa (órgãos da união) para depois avançar em uma discussão com os estados e municípios sobre o tema a partir das peculiaridades de cada esfera federativa específica. Propõe que se avance no detalhamento do tema até a próxima CTE e então trazer uma reflexão mais madura na 29ª CTE.

Marçal Cavalcante (Presidente da ANAMMA) - Endossa a proposta de Marcela de uma discussão mais detalhada sobre as especificidades federativas relativas ao tema no GT da CTN destinado a este assunto e retorno ao tema na próxima CTN.

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) - Parabeniza a iniciativa e celebra o esforço dos envolvidos na produção do Guia, destacando a necessidade de observar, em todo o processo, as legislações estaduais e municipais incidentes sobre o tema da destinação de recursos da compensação ambiental. Sugere um levantamento sobre o estado da arte da regulamentação do tema junto a estados e municípios.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (DSISNAMA/MMA) - Informa que a Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e florestas deste Ministério DAP/SBIO/MMA e o Fórum de Dirigentes do SNUC - FSNUC também se envolveram na construção desta primeira versão do Guia e agregaram esta perspectiva sugerida pela Secretária Executiva Adjunta ao processo com o acúmulo de conhecimento por eles consubstanciado. Destaca que o foco na CTN para o Guia é a definição de “Diretrizes Gerais”, enquanto a determinação das especificidades ficará a cargo de cada ente federativo de acordo com sua esfera de competência e atribuições legais.

Mauro de Oliveira Pires (Presidente do ICMBio) - Reforça o conceito do Guia como um marco de orientações gerais, que serão adaptadas a cada realidade estadual e municipal específica e sugere a adequação na nomenclatura do Guia para refletir o aspecto de não vinculação restrita das regulações estaduais ao texto federal, do citado Guia, que funcionaria como um referencial orientador.

Apresentação e discussão sobre o “Estudo sobre Governança do Sisnama” - Adriana Moura e Gesmar dos Santos, IPEA.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (DSISNAMA/MMA) - comenta as origens da iniciativa de realizar o estudo em parceria com o IPEA e com objetivo de propiciar a consolidação, o fortalecimento e a formulação de um plano de governança para o SISNAMA em um diálogo construído com estados e municípios.

Adriana Moura (Ipea) - Comenta em linhas gerais os objetivos e as perspectivas do trabalho para melhorar a gestão ambiental federativa e fortalecer o SISNAMA. Expõe sobre a metodologia empregada, com base em entrevistas junto a gestores ambientais locais e questionários junto aos operadores do sistema nacional do meio ambiente, e a atual fase de execução do estudo. Informa que, pela grandeza e complexidade do SISNAMA, o Ipea considera transformar este trabalho em uma linha de pesquisa contínua dentro do Instituto, tendo em vista as infinitas possibilidades e a complexidade do sistema e da realidade da gestão ambiental no país. Relaciona os principais tópicos abordados pelo Ipea na pesquisa e comenta sobre os desdobramentos metodológicos e adianta que os temas da gestão municipal e o financiamento do SISNAMA devem ser focos da abordagem. Destaca também que identificaram a necessidade de promover a coordenação e integração de esforços articulados para melhorar a gestão ambiental federativa no país.

Fala também sobre elaborar uma proposta para o fortalecimento do SISNAMA a ser apresentado em um seminário nacional sobre o tema e posteriormente na publicação dos resultados consolidados em um plano de governança ambiental a ser publicado até janeiro de 2026 com uma perspectiva de continuidade e a partir de uma construção democrática e participativa de todos os entes integrantes do SISNAMA.

Gesmar Rosa dos Santos (IPEA) - Apresenta de forma mais detalhada alguns aspectos procedimentais do estudo do Ipea. Indica a necessidade de apoio dos representantes da CTN na veiculação dos questionários junto aos estados e municípios, destacando as grandes lacunas e dificuldades operacionais em âmbito municipal, devido a grande quantidade e heterogeneidade destes entes federativos. Informa sobre o pré-teste da pesquisa (questionário). Declara que o foco inicial da pesquisa se encontra, por orientação da SECEX/MMA, sobre os municípios integrantes do programa “União com Municípios pela redução do desmatamento e incêndios florestais” buscando avaliar a relação do município com quatro critérios do programa: características ambientais relacionadas ao programa; perfil socioeconômico dos municípios e cidadãos; estrutura/capacidades da gestão administrativa ambiental do município e outras capacidades municipais e potenciais de articulação que possam afetar a questão ambiental em comparação com as séries históricas disponíveis (Munic por exemplo).

Demonstra algumas questões disponíveis no questionário para exemplificar o funcionamento da pesquisa e destaca algumas informações disponíveis nas bases de dados do IBGE. Ressalta a grande aceitação da pesquisa junto ao público alvo e as expectativas do Ipea com o trabalho.

João Paulo Ribeiro Capobianco (Secretário Executivo/MMA) - Parabeniza pela evolução do trabalho e destaca os objetivos históricos e a evolução do Sisnama e de seus instrumentos institucionais frente à evolução da gestão ambiental nacional nas últimas décadas. Explica algumas escolhas do MMA no recorte da pesquisa e como estas escolhas se articulam com as decisões de gestão do MMA para o futuro das parcerias entre os entes federados na área ambiental do país.

Alexandre Pires, Diretor de combate à desertificação (SNPCT/MMA) - Saúda os presentes e comenta sobre as escolhas metodológicas que fundamentaram a construção da política nacional de combate à desertificação em comparação com as escolhas da pesquisa do Ipea, focando especialmente nos principais indicadores escolhidos para a mensuração da desertificação dentro do programa e a correlação destes dados com indicadores de pobreza. Destaca como o Sisnama pode contribuir para o fortalecimento da política nacional de combate à desertificação.

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) - Destaca a importância do trabalho da SNPCT quanto à desertificação e a interface relevante deste trabalho com os estudos de governança do Sisnama atualmente em curso pelo IPEA.

Thomaz Miyazaki (CETESB/SP) - Questiona quanto ao questionário do IPEA e a sua estrutura de perguntas sobre as características dos municípios e como será feita a mobilização.

Gesmar Rosa dos Santos (IPEA) - Esclarece os questionamentos do representante da CETESB/SP e comenta que o foco da pesquisa é na estrutura de gestão ambiental e nos fatores que influenciam nesta estrutura de gestão. Declara que estão abertos à contribuições neste momento e comenta sobre as peculiaridades do modelo de pesquisa escolhido.

João Paulo Ribeiro Capobianco (Secretário Executivo/MMA) - Indica que apesar do enfoque inicial escolhido com foco em alguns municípios integrantes do programa do Ministério, isto não veda a extensão da pesquisa a outros recortes e municípios.

Marçal Cavalcante (Presidente da ANAMMA) - Destaca as características constitutivas da ANAMMA e o perfil dos municípios associados, destacando a heterogeneidade e limitações das administrações municipais. Se coloca à disposição para contribuir no processo de pesquisa do IPEA junto aos municípios, celebrando a postura democrática e inclusiva do MMA no processo de retomada da CTN e o

cuidado com as gestões municipais nesta ação específica sempre ouvindo e respeitando a participação dos municípios no processo.

João Paulo Ribeiro Capobianco (Secretário Executivo/MMA) - Sugere que o IPEA aceite neste momento alguns ajustes quanto ao escopo e foco das perguntas do questionário, abrindo o mesmo para contribuições dos partícipes da CTN com prazo estipulado até 09/05/2025.

Eduardo Taveira (SEMA/AM - ABEMA) - Reforça a fala do Secretário da SECEX e se coloca à disposição para contribuir com a pesquisa.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (DSISNAMA/MMA) - Informa também sobre a iniciativa sobre estudo do BID sobre governança ambiental nos estados, focado na construção de indicadores a respeito do tema, porém constituindo iniciativa autônoma e independente do estudo realizado pelo IPEA em parceria com o MMA.

Critérios e parâmetros para definição de município com capacidade institucional para executar a política ambiental de forma eficaz - Antônio Marcos Barreto, Vice-presidente da Anamma.

Antônio Marcos Barreto (ANAMMA) - Destaca sua experiência na gestão ambiental em diferentes esferas federativas e as fragilidades dos SISNAMA a partir da perspectiva dos municípios. Ressalta a importância da infraestrutura administrativa dos municípios tanto em estrutura física quanto em pessoal qualificado para viabilizar uma gestão e proteção efetiva ao meio ambiente no Brasil, sempre observando as características e capacidades estruturais inerentes ao tamanho dos municípios brasileiros. Comenta como este princípio se comunica com o ODS 16 da ONU e ressalta a importância desta infraestrutura de gestão ambiental no controle do território do município e demonstra esta realidade a partir de sua experiência com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Destaca a importância da organização dos fluxos internos de divisão do trabalho e as áreas temáticas mais relevantes de uma estrutura de gestão ambiental municipal. Comenta a experiência de organização da estrutura de gestão ambiental fluminense com uma resolução do CONEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro), que determinam quantos servidores as secretarias municipais de meio ambiente devem possuir em seus quadros e especificam quais formações e especialidades destes servidores a partir do porte do município e dos impactos das atividades econômicas a serem controladas pelas estruturas de gestão ambiental local (Resolução CONEMA 42, atualmente revogada).

Propõe que o instrumento normativo seja uma resolução CONAMA que estabeleça número mínimo de técnicos de acordo com a população e tipo de atividade licenciável para que o município seja declarado capacitado para exercer as atividades de licenciamento ambiental, observando a realidade dos mais de 5.500 municípios

brasileiros. Aborda a metodologia para a definição das categorias e enquadramento dos Municípios e relata as vantagens da proposta. Ressalta, por fim, o peso de uma instrução normativa do CONAMA neste processo de delimitação de capacidades mínimas para os municípios.

João Paulo Ribeiro Capobianco (Secretário Executivo/MMA) - Agradece a apresentação e comenta sobre a importância do debate acerca deste tema, questionando se o CONAMA seria o melhor foro para as discussões.

Thomaz Miyazaki (CETESB/SP) - Relata brevemente a experiência paulista com regulamentações semelhantes do CONSEA/SP e comenta sobre sua percepção das dificuldades de uma regulamentação federal para o tema.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (DSISNAMA/MMA) - Sugere que o tema seja primeiramente trabalhado na Comissão Tripartite Nacional com apoio do DSISNAMA/SECEX/MMA, podendo, a partir do amadurecimento das discussões, gerar uma Recomendação da CTN que posteriormente poderia ser encaminhada para o CONAMA.

Marçal Cavalcante (Presidente da ANAMMA) - Relata a realidade do estado de Alagoas sobre o tema e concorda com a proposta de Marcela Moraes de viabilizar entendimentos a respeito deste assunto pela CTN, porém ressalta sua convicção quanto à importância de uma ação final sobre a pauta no CONAMA.

Declara que a ANAMMA fará um convite à ABEMA para discutir o tema, informando que enviará a ata da Comissão Tripartite Estadual de Alagoas na qual o mesmo tema foi discutido para registro nos anais da CTN, servindo de referência para os debates sobre o tema na busca de convergências.

Adalberto Maluf, Secretário de Qualidade Ambiental (SQA/MMA) - Faz um breve relato sobre os resultados do trabalho da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (SQA/MMA) quanto ao tema da logística reversa, via Grupo de Trabalho sobre o assunto instituído no âmbito da CTN, e manifesta o interesse em apresentar os resultados de forma mais detalhada em uma próxima reunião da CTN validando assim o trabalho junto à Comissão Tripartite Nacional.

Apresentação e discussão sobre os “Desafios do combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no contexto das mudanças climáticas: ações do MMA em andamento” - Alexandre Pires, SNPCT/MMA.

Alexandre Pires, Diretor de combate à desertificação (SNPCT/MMA) - Saúda os presentes e introduz sua apresentação com alguns breves conceitos sobre o tema e um rápido histórico sobre as políticas e iniciativas nacionais relacionadas ao combate

à desertificação e efeitos da seca no Brasil. Comenta sobre as escolhas metodológicas que fundamentaram a construção da política nacional de combate à desertificação e demonstra por meio de um mapa o avanço de áreas mais vulneráveis a crises hídricas pelas mudanças climáticas e pelo desmatamento. Relata as escolhas deste Ministério na construção pioneira de um Departamento de Combate a Desertificação de âmbito nacional e a elaboração do plano nacional de combate à desertificação e a realização dos seminários regionais sobre desertificação destacando ainda o aspecto transversal da política nacional de combate à desertificação.

Destaca o apoio do MMA à elaboração, pelos estados, dos planos estaduais de combate à desertificação, permitindo que os mesmos estejam totalmente atualizados até junho de 2026, e alinhando assim estes planos ao plano nacional. Ressalta o resgate do Sistema de Apoio e Alerta à Desertificação, o qual permitirá, por meio de dados e modelos matemáticos, prever secas e eventos de degradação que resultem em zonas vulneráveis à desertificação, permitindo a concepção de planos de mitigação para a desertificação, inclusive com um aplicativo que permita aos agricultores acompanhar dados sobre secas em sua região.

Explana as ações da Secretaria sobre a campanha “terra, floresta, água” e as parcerias estabelecidas no âmbito desta ação socioeducativa, orientando sobre o que a sociedade pode fazer quanto à desertificação.

Relata a Constituição da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD) e explana sobre seus integrantes e a Câmara interministerial de Combate à Desertificação e outros projetos como o REDESER e o Agrofloresta e Reúso de Água, ambos frutos de parcerias do MMA com outras instituições e destinados também ao combate da desertificação, com enfoques distintos. Destaca o papel da ABEMA e ANAMMA na definição dos critérios e parâmetros dos planos locais de adaptação e mitigação da desertificação.

Gino César (Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas/ ABEMA) - Parabeniza as iniciativas relata a experiência de Alagoas com o tema da desertificação e se coloca à disposição do MMA para colaborar sobre o tema.

João Paulo Ribeiro Capobianco (Secretário Executivo/MMA) - Parabeniza os participantes pelas apresentações, agradece a todos os presentes, convida para a reunião do CONAMA, no período da tarde, e declara encerrada a 28ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional.

Encaminhamentos da 28ª CTN:

- **DSISNAMA/SECEX/MMA** - Revisará o Guia de Compensação Ambiental, de acordo com as contribuições dos membros da CTN; levantamento das legislações estaduais sobre o tema;
- **DSISNAMA** - Entrará em contato com o diretor de Desertificação/MMA para dar apoio às ações nos estados e municípios;
- **DSISNAMA** - Acompanhará o andamento dos trabalhos da ANAMMA/AL com a ABEMA para discutir sobre os municípios aptos a licenciar;
- **IPEA** - encaminhará para análise e sugestões da ABEMA e ANAMMA o questionário a ser aplicado junto aos municípios com estipulação de prazo para contribuições dos membros da CTN.
- **ANAMMA** - Se articular, com o apoio do DSISNAMA, para discutir uma resolução CONAMA, ou outro instrumento, que estabeleça número mínimo de técnicos de acordo com a população e tipo de atividade licenciável para que o município seja declarado capacitado para exercer as atividades de licenciamento ambiental.